


**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO ACOLHIMENTO DE PESSOAS TRANS NA  
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA**

**CHALLENGES AND STRATEGIES IN WELCOMING TRANS PEOPLE IN  
PRIMARY HEALTH CARE: INTEGRATIVE REVIEW**

**DESAFÍOS Y ESTRATEGIAS EN LA ACOGIDA DE PERSONAS TRANS EN LA  
ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD: REVISIÓN INTEGRADORA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-360>

**Data de submissão:** 30/06/2025

**Data de publicação:** 30/07/2025

**Jose Evaldo Gonçalves Lopes Junior**

Doutorando em Saúde Coletiva

Instituição: Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU)

E-mail: evaldoljr@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1644-8187>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5405516841921818>

**Thiago Silva Ferreira**

Mestrando em Saúde Coletiva

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: Thiagosilva89@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1967-3163>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2701315040804027>

**Giovanna Maria Honorato Xavier Fonseca**

Iniciação Científica - Acadêmica de Fisioterapia

Instituição: Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU)

E-mail: gigimariafonseca@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8018-4868>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4982375580180743>

**Eduardo de Almeida e Neves**

Doutor em Biotecnologia

Instituição: Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU)

E-mail: eduardo.neves@professor.uniateneu.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3663-2299>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8112252332684803>

**Guilherme Pereira Albuquerque**

Iniciação Científica - Acadêmico de Fisioterapia

Instituição: Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU)

E-mail: guilhermalbu@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7122-647X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2700750061736772>

**Denise Gonçalves Moura Pinheiro**

Doutora em Saúde Coletiva

Instituição: Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU)

E-mail: [fisio\\_denise@hotmail.com](mailto:fisio_denise@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6617-1839>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5627586324480811>

**Carla Christina Pereira da Silva Godinho**

Mestre em Saúde Coletiva

Instituição: Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU)

E-mail: [carlachristina.godinhomartins@gmail.com](mailto:carlachristina.godinhomartins@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1883-6450>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7934327501470482>

**Maria Salete Bessa Jorge**

Doutora em Enfermagem

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: [maria.salete.jorge@gmail.com](mailto:maria.salete.jorge@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6461-3015>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2295426092712681>

---

## RESUMO

O acolhimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil ainda enfrenta barreiras estruturais, simbólicas e institucionais, comprometendo o acesso equitativo e o cuidado humanizado. Apesar de avanços normativos, persistem desafios na efetivação das políticas públicas. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada entre fevereiro e março de 2025, nas bases BVS, SciELO e PubMed. Foram incluídos dez artigos publicados entre 2018 e 2024, que abordavam diretamente o acolhimento de pessoas trans na APS no Brasil. Os principais obstáculos identificados foram o despreparo técnico das equipes de saúde, ausência de protocolos específicos, práticas cisnormativas e violências simbólicas. Por outro lado, estratégias como a escuta ativa, uso do nome social, formação continuada e articulação com redes comunitárias mostraram-se eficazes na promoção do cuidado inclusivo. A superação das desigualdades no acolhimento da população trans exige investimento em formação, protocolos específicos e efetiva implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Fortalecer práticas inclusivas é essencial para garantir equidade e dignidade no cuidado em saúde.

**Palavras-chave:** Pessoas Transgênero. Atenção Primária à Saúde. Equidade em Saúde.

## ABSTRACT

The healthcare reception of transgender people in Brazil's Primary Health Care (PHC) still faces structural, symbolic, and institutional barriers, hindering equitable access and humanized care. Despite normative progress, challenges in implementing public policies persist. This is a narrative literature review conducted between February and March 2025, using the BVS, SciELO, and PubMed databases. Ten articles published between 2018 and 2024 that directly addressed the reception of trans people in Brazilian PHC were included. The main challenges identified were the lack of professional training, absence of specific care protocols, cisnormative practices, and symbolic violence. Conversely, strategies such as active listening, the use of social names, continuing education, and collaboration with community networks proved effective in promoting inclusive care. Overcoming inequities in the reception of trans people requires investment in professional training, development

of clinical protocols, and full implementation of the National Policy for Comprehensive LGBT Health. Strengthening inclusive practices is essential to ensure equity and dignity in healthcare.

**Keywords:** Transgender People. Primary Health Care. Health Equity.

## RESUMEN

La acogida en salud de personas transgénero en la Atención Primaria de Salud (APS) de Brasil aún enfrenta barreras estructurales, simbólicas e institucionales, lo que dificulta el acceso equitativo y la atención humanizada. A pesar de los avances normativos, persisten desafíos en la implementación de políticas públicas. Esta es una revisión narrativa de la literatura realizada entre febrero y marzo de 2025, utilizando las bases de datos BVS, SciELO y PubMed. Se incluyeron diez artículos publicados entre 2018 y 2024 que abordaron directamente la acogida de personas trans en la APS brasileña. Los principales desafíos identificados fueron la falta de capacitación profesional, la ausencia de protocolos específicos de atención, prácticas cisnormativas y violencia simbólica. Por otro lado, estrategias como la escucha activa, el uso del nombre social, la educación continua y la colaboración con redes comunitarias demostraron ser efectivas para promover una atención inclusiva. Superar las inequidades en la acogida de personas trans requiere inversión en capacitación profesional, elaboración de protocolos clínicos e implementación integral de la Política Nacional de Salud Integral LGBT. El fortalecimiento de prácticas inclusivas es esencial para garantizar la equidad y dignidad en la atención sanitaria.

**Palabras clave:** Personas Transgénero. Atención Primaria de Salud. Equidad en Salud.

## 1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde, por ser a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde, deveria representar um espaço de acolhimento e cuidado contínuo para todas as pessoas, inclusive aquelas em situação de vulnerabilidade social, como a população de pessoas transgênero, transexuais e travestis (Lima, 2018). No entanto, diversos estudos evidenciam que o acolhimento dessa população na Atenção Primária à Saúde é frequentemente marcado por barreiras institucionais, estigmas sociais e ausência de preparo técnico das equipes multiprofissionais, o que compromete tanto o acesso quanto a qualidade da atenção prestada. Ainda que políticas públicas como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tenham como objetivo garantir direitos e promover a equidade no cuidado, a efetivação dessas diretrizes nas unidades básicas de saúde segue limitada. Diante disso, torna-se urgente compreender os principais desafios enfrentados por essa população no acesso aos serviços de saúde e apontar estratégias que favoreçam um acolhimento qualificado, humanizado e livre de discriminações (Pereira, 2019).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem entre seus princípios a integralidade, a universalidade e a equidade no cuidado. Idealmente, esse nível de atenção deveria garantir o acesso qualificado e contínuo a todas as pessoas, independentemente de identidade de gênero, orientação sexual, raça, classe ou território. No entanto, esse ideal ainda se distancia da realidade vivida por populações historicamente marginalizadas, como travestis, transexuais e demais pessoas transgênero, que enfrentam barreiras significativas na busca por cuidado em saúde (BRASIL, 2013).

Estudos apontam que a população trans no Brasil está exposta a altos índices de exclusão social, violência institucional e negação de direitos básicos, o que se reflete diretamente no campo da saúde. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Costa, 2022) denuncia que a expectativa de vida de pessoas trans no país é de apenas 35 anos, inferior à média nacional, e que a maioria das mulheres trans e travestis tem na prostituição sua principal fonte de sustento, muitas vezes por falta de oportunidades educacionais e laborais. Esses dados revelam um contexto de vulnerabilidade extrema, que exige respostas urgentes por parte das políticas públicas, especialmente daquelas ligadas à saúde.

Apesar de avanços importantes, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Lima, 2018), sua implementação ainda encontra inúmeros obstáculos no cotidiano das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Fatores como a ausência de protocolos específicos para o cuidado à população trans, a invisibilidade institucional de suas demandas, o uso

incorreto do nome social e o despreparo técnico das equipes interferem diretamente na qualidade do atendimento e reforçam a exclusão dessa população dos serviços públicos de saúde (Marrow, 2024).

A literatura aponta que muitos profissionais da APS desconhecem aspectos fundamentais sobre a saúde trans, como o processo de hormonização, o cuidado psicossocial e o respeito à identidade de gênero. Essa lacuna formativa é agravada por currículos universitários que negligenciam a temática da diversidade sexual e de gênero, perpetuando práticas cisnormativas e biologicistas (Lima, 2018). Como consequência, as pessoas trans frequentemente vivenciam situações de constrangimento, negligência ou violência simbólica ao buscarem cuidados de saúde, o que contribui para sua menor adesão aos serviços e agrava seus quadros clínicos (Lopes, 2022).

Ao mesmo tempo, diferentes experiências pelo país demonstram que é possível avançar em práticas de acolhimento mais sensíveis e qualificadas, especialmente quando há investimento em educação permanente, articulação com movimentos sociais, escuta ativa e valorização da identidade de gênero dos usuários. Iniciativas como os consultórios especializados LGBT e a adoção de fluxos acolhedores em UBS sinalizam caminhos possíveis para a construção de um cuidado em saúde que seja, de fato, equitativo, humanizado e livre de discriminações (Marrow, 2024)

Diante disso, torna-se necessário compreender, com base na produção científica recente, os principais desafios enfrentados pelas pessoas trans na APS e as estratégias adotadas para enfrentá-los. O presente estudo tem como objetivo analisar essas questões à luz da literatura nacional e internacional, contribuindo para o fortalecimento de práticas profissionais e políticas públicas que promovam o direito à saúde e a dignidade da população trans no Brasil (Oliveira, 2018)

## **2 OBJETIVO**

O presente trabalho teve como objetivo analisar os principais desafios enfrentados e as estratégias adotadas no acolhimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde, a partir da literatura científica disponível. A proposta é contribuir para a reflexão crítica e para o aprimoramento das práticas de cuidado no contexto da atenção básica, com foco na promoção de uma assistência equitativa, humanizada e livre de discriminações de gênero.

## **3 MÉTODO**

Esta é uma revisão integrativa da literatura, conduzida conforme metodologia proposta por Mendes, Silveira e Galvão (2008) e orientações do Joanna Briggs Institute (JBI). Foram seguidas seis etapas: (1) formulação da pergunta norteadora; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (3) busca nas bases de dados; (4) avaliação da qualidade metodológica dos estudos; (5) extração e

categorização dos dados; e (6) apresentação e discussão dos resultados. A pergunta norteadora foi construída a partir da estratégia PICO adaptada: P (população): pessoas trans (travestis, transexuais e transgênero); I (intervenção): práticas de acolhimento na APS; O (desfecho): identificação de barreiras e estratégias. A comparação (C) foi desconsiderada por não se aplicar ao objetivo da revisão.

As buscas foram realizadas entre fevereiro e março de 2025 nas bases BVS, SciELO e PubMed. Foram utilizados os descritores “transexuais” AND “atenção primária” nos idiomas português e inglês. Foram incluídos artigos publicados entre 2018 e 2024, em português ou inglês, disponíveis em acesso aberto, que abordassem diretamente o acolhimento de pessoas trans na APS. Foram excluídos estudos voltados exclusivamente à atenção secundária ou terciária, textos conceituais sem articulação com a prática assistencial e duplicatas.

A estratégia metodológica foi registrada na plataforma OSF que foi gerado DOI 10.17605/OSF.IO/FHQ6A. A metodologia baseou-se em estudos anteriores sobre acolhimento e diversidade de gênero na saúde (Pereira,2019) e teve como objetivo identificar os principais desafios enfrentados por pessoas trans na APS, bem como as estratégias relatadas na literatura científica para qualificar o cuidado. A construção da pergunta norteadora utilizou a estratégia PICO, geralmente aplicada em revisões sistemáticas, mas adaptada neste caso para orientar a busca e delimitação do tema (Tricco, 2018). A estrutura ficou assim definida:

Quadro 1- Estratégia e pergunta da pesquisa.

Pergunta da Pesquisa	<i>Quais são os principais desafios e estratégias para o acolhimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde no Brasil?</i>
<b>P (Paciente)</b>	Pessoas trans (transexuais, travestis, transgênero);
<b>I (Intervenção)</b>	Práticas de acolhimento na APS;
<b>C (Comparação)</b>	Não aplicável;
<b>O (Desfecho)</b>	Identificação de barreiras e estratégias de cuidado.

Fonte: Autores, 2025.

As buscas foram realizadas em três bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, entre fevereiro e março de 2025. Utilizaram-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os Medical Subject Headings (MeSH): “transexuais” AND “atenção primária”, nos idiomas português e inglês.

Na base BVS, foram identificados inicialmente 357 artigos. Após aplicação de filtros por tipo de estudo (revisões, estudos qualitativos), idioma (português e inglês) e leitura dos resumos, nove foram lidos na íntegra, dos quais cinco foram incluídos. Na PubMed, a busca resultou em 178 artigos. Destes, dois artigos internacionais foram incluídos por apresentarem discussões relevantes sobre barreiras estruturais e estratégias de acolhimento em contextos similares (Galvão, et al.2015). Na

base SciELO, foram encontrados 10 artigos; após triagem por título, resumo e leitura completa, três foram incluídos na amostra final.

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (i) artigos publicados entre 2018 e 2024; (ii) que abordassem diretamente o acolhimento de pessoas trans na APS; (iii) disponíveis em acesso aberto; (iv) escritos em português ou inglês. Foram excluídos: (i) artigos duplicados; (ii) estudos voltados exclusivamente à atenção secundária ou terciária; (iii) textos que não apresentassem dados sobre o Brasil ou que abordassem apenas aspectos jurídicos ou conceituais sem articulação com a prática assistencial.

O processo de triagem e seleção foi realizado por dois autores de forma independente, e eventuais divergências foram resolvidas por consenso. A sistematização do percurso de busca está representada no fluxograma (Figura 1), elaborado com base nas diretrizes PRISMA adaptadas (Tricco, 2018)

### 3.1 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE METODOLÓGICA

Para garantir o rigor da revisão integrativa, os artigos incluídos foram avaliados com base nos critérios do Joanna Briggs Institute (JBI) (Peters, 2020), adaptados para estudos qualitativos e revisões integrativas. Abaixo, apresenta-se a síntese da avaliação metodológica dos 10 estudos selecionados.

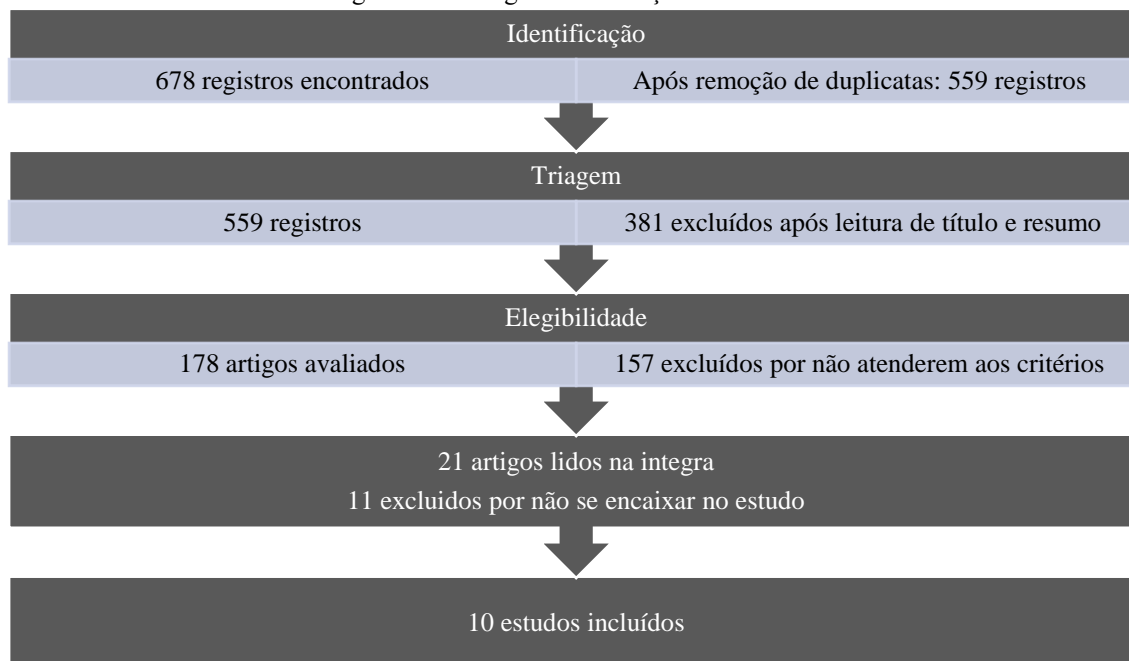
Quadro1 : Critérios de qualidade metodológica

Artigo (Autor/Ano)	Critério 1: Clareza metodológica	Critério 2: Coerência teórica	Critério 3: Relevância para o SUS	Critério 4: Aplicabilidade prática	Avaliação final
Oliveira et al. (2018)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Holland et al. (2024)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Costa (2022)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Simões & Pelúcio (2019)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Lima & Carrara (2018)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Lopes et al. (2022)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Xavier et al. (2023)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Pereira & Chazan (2019)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Veras et al. (2021)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta
Morrow et al. (2024)	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta

Fonte: Autores 2025



Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos.



Fonte: Autores, 2025.

#### 4 RESULTADOS

A análise temática dos estudos selecionados permitiu a organização dos achados em dois eixos principais: (1) Barreiras no acolhimento de pessoas trans na APS; e (2) Estratégias e práticas para qualificação do cuidado. Abaixo, apresenta-se um quadro síntese com os principais resultados dos estudos.

Quadro2: Sistematização dos Achados

Eixo Temático	Principais Elementos Identificados	Estudos Correspondentes
Barreiras no acolhimento	Despreparo técnico; práticas cisnormativas; ausência de protocolos; uso incorreto do nome social; violência simbólica	Oliveira et al. (2018); Holland et al. (2024); Costa (2022); Simões & Pelúcio (2019); Lopes et al. (2022)
Estratégias de qualificação do cuidado	Capacitação continuada; escuta ativa; uso do nome social; consultórios LGBT; articulação comunitária	Xavier et al. (2023); Veras et al. (2021); Pereira & Chazan (2019); Morrow et al. (2024)

Fonte: Autores 2025.

A análise dos artigos selecionados foi realizada a partir da leitura integral de cada estudo, com foco na identificação de barreiras enfrentadas pelas pessoas trans na Atenção Primária à Saúde (APS) e das estratégias propostas ou implementadas para promover um acolhimento mais equitativo e humanizado. A abordagem adotada foi qualitativa e interpretativa, com base na extração de informações relevantes em relação aos objetivos da presente revisão.



Para facilitar a sistematização dos dados, foi elaborado um quadro-resumo contendo os seguintes elementos: título do artigo, ano de publicação, idioma, base de dados, palavras-chave e principais contribuições. A partir dessa organização, foram identificados dois grandes eixos temáticos recorrentes nos estudos: (1) barreiras ao acolhimento na APS e (2) estratégias para qualificar o cuidado.

No total, 10 artigos foram incluídos na análise final: cinco provenientes da BVS, três da SciELO e dois da PubMed. As contribuições desses estudos estão descritas no Quadro 2, que serviu de base para a discussão e aprofundamento crítico dos achados na seção seguinte.

Quadro 3 – Caracterização dos estudos

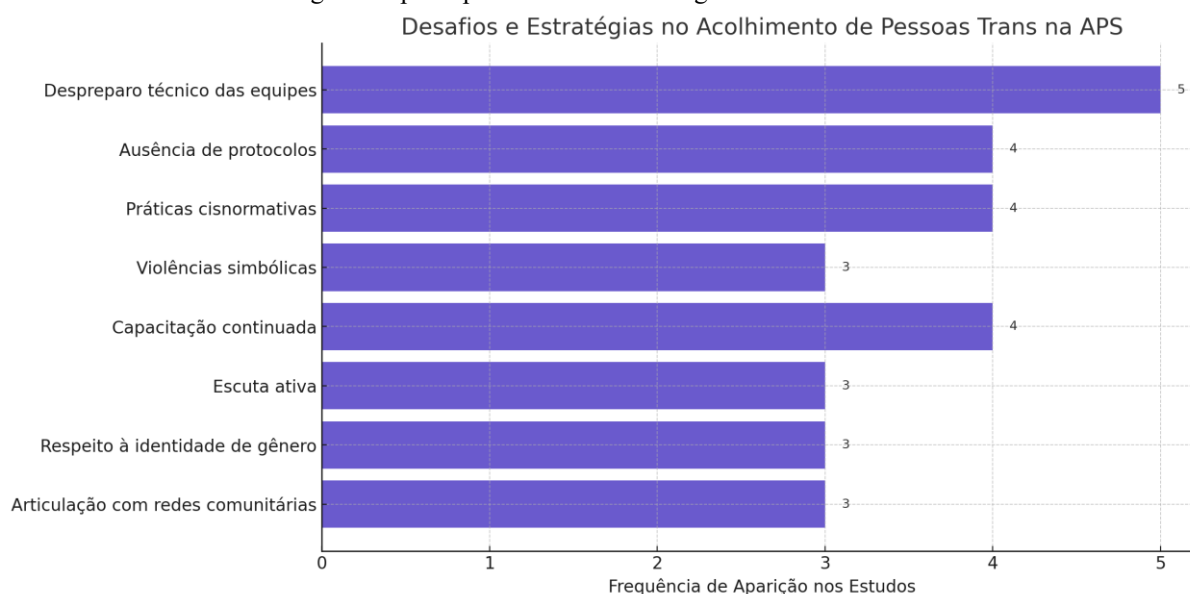
<b>Título do Artigo</b>	<b>Ano / Idioma</b>	<b>Base</b>	<b>Palavras-chave principais</b>	<b>Contribuições principais</b>
<b>Nursing care for transgender people: an integrative review</b> (Oliveira et al.)	2018 / Inglês	BVS	Enfermagem; Pessoas Trans; Cuidado	Destaca lacunas na formação em enfermagem para o cuidado trans e a necessidade de protocolos específicos.
<b>The experiences of transgender and nonbinary adults in primary care</b> (Holland et al.)	2024 / Inglês	PubMed	Transgênero; Atenção Primária; Barreiras	Identifica experiências negativas na APS devido a gatekeeping médico e despreparo clínico.
<b>O papel da atenção básica no processo transexualizador</b> (Costa)	2022 / Port.	BVS	Processo Transexualizador; Hormonioterapia; UBS	Aponta a ausência de protocolos e despreparo de médicos de família no início do cuidado hormonal.
<b>Acolhimento de pessoas trans na saúde pública</b> (Simões & Pelúcio)	2019 / Port.	BVS	Acolhimento; Saúde Pública; Travestis	Relata exclusões institucionais e defende formação continuada contra discriminações.
<b>Direitos humanos e saúde de pessoas trans</b> (Lima & Carrara)	2018 / Port.	BVS	Direitos Humanos; SUS; Gênero	Trata saúde trans como direito humano e aponta falhas na efetivação da política de equidade.
<b>Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica</b> (Lopes et al.)	2022 / Port.	SciELO	Transexuais; Política de Saúde; SUS	Evidencia estigmas estruturais, baixa resolutividade e abjeção aos corpos trans.
<b>Identidade trans e acesso à saúde na cidade de Macaé (RJ)</b> (Xavier et al.)	2023 / Port.	SciELO	Identidade de Gênero; Acesso; APS	Apresenta o Consultório LGBT como prática de acolhimento bem-sucedida em nível municipal.
<b>O acesso das pessoas transexuais e travestis à APS: uma revisão integrativa</b> (Pereira & Chazan)	2019 / Port.	SciELO	Transexuais; APS; Barreiras	Aponta barreiras técnicas, simbólicas e políticas; recomenda formação empática.
<b>Acolhimento de travestis e transexuais na APS: uma revisão bibliográfica</b> (Veras et al.)	2021 / Port.	SciELO	Enfermagem; Educação Continuada; Acolhimento	Enfatiza a capacitação em diversidade desde a graduação e na prática profissional.
<b>The experiences of transgender and nonbinary adults in primary care</b> (Morrow et al.)	2024 / Inglês	PubMed	Transgender Health; Barriers; Systemic Challenges	Complementa o artigo de Holland et al. com foco em vulnerabilidades e recomenda

Título do Artigo	Ano / Idioma	Base	Palavras-chave principais	Contribuições principais
				co-desenho de serviços.

Fonte: Autores, 2025.

O gráfico a seguir sintetiza os principais desafios e estratégias identificados nos estudos analisados sobre o acolhimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde. Observa-se que o despreparo técnico das equipes de saúde e a ausência de protocolos específicos figuram entre os obstáculos mais recorrentes, seguidos pelas práticas cisnormativas e violências simbólicas. Por outro lado, estratégias como a capacitação continuada, a escuta ativa, o respeito à identidade de gênero e a articulação com redes comunitárias se destacam como caminhos promissores para a construção de um cuidado mais inclusivo e humanizado. Esses achados evidenciam a importância de investir não apenas em mudanças estruturais, mas também em processos formativos que transformem a cultura institucional e promovam a equidade no SUS.

Figura 2 - principais desafios e estratégias de enfrentamento.



Fonte: Autores, 2025.

Os principais desafios relatados nos artigos dizem respeito ao despreparo técnico das equipes de saúde, ausência de protocolos específicos, invisibilidade institucional das demandas da população trans, barreiras simbólicas e práticas cisnormativas. Em alguns casos, os estudos relatam episódios de constrangimento, negligência, uso incorreto do nome social e gatekeeping médico, que consistem na imposição de critérios excludentes para o acesso a determinados serviços, como a hormonização (Pereira, 2019)

Por outro lado, os estudos que apresentaram experiências bem-sucedidas destacam a importância da capacitação continuada das equipes multiprofissionais, do fortalecimento da escuta ativa, do respeito à identidade de gênero e da articulação com redes comunitárias e consultórios especializados LGBT. Em especial, o estudo de Xavier (2023) apresenta o “Consultório LGBT” como uma estratégia inovadora no município de Macaé (RJ), ao passo que a revisão de Holland<sup>4</sup> sugere, em nível internacional, o co-desenho de serviços junto às populações trans como uma boa prática.

## 5 DISCUSSÃO

A análise integrativa da literatura revelou que o acolhimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde (APS) ainda é fortemente impactado por barreiras estruturais, simbólicas e institucionais. A ausência de protocolos clínicos específicos, o despreparo técnico das equipes de saúde e a prevalência de práticas cisnormativas comprometem a efetividade do cuidado e violam os princípios de equidade e universalidade do SUS.

Estudos como os de Oliveira et al. (2018), Costa (2022) e Lopes et al. (2022) evidenciam que as experiências de exclusão e negligência são recorrentes, frequentemente associadas à invisibilidade institucional das demandas trans. Em contrapartida, os trabalhos de Xavier et al. (2023) e Veras et al. (2021) demonstram que estratégias como a capacitação contínua das equipes, o uso respeitoso do nome social e a articulação com redes comunitárias são eficazes na construção de práticas mais inclusivas e humanizadas.

As experiências internacionais analisadas por Holland et al. (2024) e Morrow et al. (2024) também ressaltam a importância do envolvimento das populações trans nos processos de co-construção de serviços, reafirmando que o cuidado centrado no usuário deve considerar os marcadores sociais de desigualdade, como identidade de gênero, raça e classe. A literatura nacional ainda carece de estudos que explorem a realidade de pessoas não binárias e de contextos rurais ou periféricos, o que limita a generalização dos achados e evidencia lacunas relevantes para futuras investigações.

### 5.1 LIMITAÇÕES DA LITERATURA E DA REVISÃO

Esta revisão integrativa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Primeiramente, a ausência de avaliação crítica formal com instrumentos específicos para cada tipo de estudo (qualitativo, quantitativo ou revisão) pode limitar a robustez da análise metodológica. Além disso, a maioria dos estudos incluídos são de natureza qualitativa e possuem escopo local ou regional, dificultando a extrapolação nacional dos achados. Também se identificou uma escassez de pesquisas focadas em experiências de pessoas não binárias,

negras, indígenas e residentes em territórios rurais, reforçando a necessidade de abordagens interseccionais nas futuras produções científicas. Por fim, a revisão se restringiu a três bases de dados e a publicações em português e inglês, o que pode ter limitado o alcance de estudos relevantes em outros idiomas ou indexados em bases

### **5.1.1 Desafios estruturais e institucionais no acolhimento**

A análise dos artigos revela que o acolhimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde (APS) ainda é limitado por múltiplas barreiras de ordem estrutural e institucional. Entre os principais desafios, destacam-se o despreparo técnico das equipes, a ausência de protocolos clínicos específicos e a prevalência de práticas cisnormativas nos serviços de saúde. Conforme aponta Costa<sup>2</sup>, muitos profissionais da APS não se sentem aptos a iniciar o processo de hormonização, ainda que esse cuidado esteja previsto no Processo Transexualizador e possa ser realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, a falta de protocolos operacionais e a inexistência de rotinas institucionais voltadas para as especificidades da população trans dificultam a prestação de um cuidado contínuo, integral e equitativo. Essas falhas estruturais revelam a necessidade urgente de reorganização dos serviços e fortalecimento das políticas públicas com foco na diversidade de gênero.

### **5.1.2 Experiências internacionais e recomendações globais**

A literatura internacional contribui com reflexões relevantes ao identificar padrões semelhantes de exclusão e negligência nos sistemas de saúde de outros países. A revisão sistemática de Holland<sup>4</sup> evidencia que pessoas trans e não binárias enfrentam dificuldades na atenção primária, como o gatekeeping médico — prática de controle que impede ou limita o acesso a serviços como a hormonização — e o despreparo dos profissionais quanto às especificidades da saúde trans. Os autores reforçam a importância do envolvimento das próprias comunidades trans na formulação e na avaliação dos serviços de saúde, propondo uma abordagem de co-construção de políticas e práticas mais inclusivas. Morrow<sup>7</sup> ampliam essa discussão ao destacar os efeitos das vulnerabilidades acumuladas, como racismo, transfobia e pobreza, sobre os desfechos em saúde. Essas experiências internacionais convergem com recomendações da Organização Pan-Americana da Saúde<sup>9</sup>, que propõe a inserção ativa da população LGBTQIA+ nos processos decisórios das políticas públicas, como estratégia para aumentar a efetividade e a equidade dos serviços.

## 5.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E LACUNAS NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Outro eixo recorrente nos estudos analisados é a formação profissional deficiente no tocante à diversidade de gênero. A ausência de conteúdos específicos sobre saúde de pessoas trans nos currículos da graduação em saúde contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias, biologicistas e desumanizadas. Veras<sup>16</sup> destacam a centralidade da formação inicial e da educação permanente para promover uma mudança significativa na cultura dos serviços de saúde. A falta de preparo técnico e ético resulta em condutas que geram constrangimento, violências simbólicas e baixa adesão aos serviços por parte da população trans. A literatura reforça que a qualificação das equipes deve ocorrer desde a formação universitária até os processos contínuos de capacitação em serviço, com ênfase na escuta ativa, na abordagem humanizada e na integralidade do cuidado. O despreparo compromete diretamente o princípio da equidade e reafirma as desigualdades históricas enfrentadas por pessoas trans nos sistemas de saúde.

### 5.2.1 Violências simbólicas e exclusões institucionais

Além das barreiras estruturais e técnicas, os artigos destacam a presença persistente de violências simbólicas e exclusões institucionais no cotidiano das UBS. Simões e Pelúcio (2019) apontam que práticas como o não uso do nome social, o desrespeito à identidade de gênero e o tratamento patologizante reforçam a marginalização da população trans dentro do próprio sistema que deveria acolhê-la. Essas atitudes não apenas violam direitos humanos fundamentais, mas também desincentivam a busca por cuidado e agravam a vulnerabilidade social. A invisibilidade institucional das demandas trans nas rotinas assistenciais demonstra que a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT ainda está distante da realidade concreta dos serviços.

Por outro lado, experiências bem-sucedidas, como o Consultório LGBT de Macaé (Costa, 2022), demonstram que é possível construir práticas mais inclusivas por meio da articulação com redes comunitárias, da escuta qualificada e da valorização das vivências trans como legítimas e centrais no cuidado em saúde. Essas estratégias indicam que a transformação da cultura institucional, aliada à vontade política, pode gerar mudanças concretas nos modos de acolher e cuidar da população trans no SUS.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão evidencia que, apesar dos avanços normativos conquistados nos últimos anos, o acolhimento de pessoas trans na Atenção Primária à Saúde no Brasil ainda enfrenta entraves estruturais, simbólicos e institucionais. A ausência de protocolos clínicos específicos, o despreparo

das equipes multiprofissionais e a manutenção de práticas cisnormativas resultam em experiências de exclusão, violência simbólica e baixa adesão aos serviços por parte da população trans.

Os achados demonstram que a qualificação das equipes de saúde, o respeito à identidade de gênero, o uso do nome social e a articulação com redes comunitárias são estratégias fundamentais para promover um cuidado mais equitativo e humanizado. Iniciativas como os consultórios especializados LGBT revelam que a transformação do acolhimento é possível quando há vontade política, investimento em formação e diálogo com os territórios.

Este estudo também evidenciou lacunas importantes na literatura nacional, especialmente no que tange às vivências de pessoas não binárias e de regiões periféricas ou rurais, apontando para a necessidade de novas pesquisas que ampliem o olhar sobre as múltiplas realidades da população trans. Reforça-se, portanto, a urgência de políticas públicas efetivas, intersetoriais e territorializadas, capazes de enfrentar as desigualdades históricas e garantir o direito à saúde com dignidade.

Assim, consolidar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT não deve ser apenas uma diretriz formal, mas um compromisso ético e político com a equidade, a justiça social e os princípios fundantes do SUS.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)

COSTA, Raissa Leite. O papel da atenção básica no processo transexualizador: por que o médico de família e comunidade deve harmonizar na UBS? São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2022.

<https://busqueda.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1525834>

GALVÃO, T. F. ; RANGEL, D. A. ; FERREIRA, L. M. B. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 24, n. 1, p. 183–184, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000100020>

HOLLAND, Daisy et al. The experiences of transgender and nonbinary adults in primary care: a systematic review. European Journal of General Practice, v. 30, n. 1, p. 2296571, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/13814788.2023.2296571>.

LIMA, Jéssica Sales da Silva; CARRARA, Sérgio. Direitos humanos e saúde de pessoas trans: desafios para a atenção integral no SUS. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 28, n. 1, e280103, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280103>.

LOPES, TSF et al. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal, v. 23, e12240, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-9940202200012240>.

MARROW, Erin et al. The experiences of transgender and nonbinary adults in primary care: a systematic review. Transgender Health, v. 9, n. 2, p. 91–104, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1089/trgh.2023.0053>.

OLIVEIRA, Danielle Cristina de; MELO, Luciana Fernandes dos Santos; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. Nursing care for transgender people: an integrative review. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, n. 3, p. 1030–1038, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0128>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Saúde trans: o cuidado integral à saúde de pessoas trans, intersexo e de gênero diverso no âmbito do SUS: orientações para profissionais de saúde. Brasília: OPAS; Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57124>.

PETERS, Micah D. J. et al. Guidance for the conduct of JBI scoping reviews. JBI Evidence Synthesis, v. 13, n. 3, p. 141–146, 2020. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33038124/>

PEREIRA, Lourenço Barros de Carvalho; CHAZAN, Ana Cláudia Santos. O acesso das pessoas transexuais e travestis à atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 14, n. 41, p. 1–9, 2019. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1795](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1795).



Claudia Maria da Silva; PIMENTEL, Maria Albertina Santiago; MENDES, Ida Maria de Oliveira. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 15, n. 3, p. 508–511, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>

SIMÕES, Kátia; PELÚCIO, Larissa. Acolhimento de pessoas trans na saúde pública: desafios e possibilidades na efetivação do SUS. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 173–185, 2019.

TRICCO, Andrea C. et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Annals of Internal Medicine*, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018.

VERAS, Pedro Henrique Lima et al. Acolhimento de travestis e transexuais na atenção primária à saúde: uma revisão bibliográfica. *Revista Enfermagem Atual in Derme*, v. 95, n. 36, e021177, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31011/reaid-2021-v.95-n.36-art.1179>.

XAVIER, Giovanna Maria Honorato et al. Identidade trans e acesso à saúde na cidade de Macaé (RJ). *Saúde em Debate*, v. 47, n. 137, p. 99–114, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313706>.